

2012

Relatório de Gestão

ITERPA

INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



José Cezário Arias de Souza

Instituto de Terras do Pará

01/01/2012



INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Belém (PA), Abril de 2013.



SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Governador do Estado

HELENILSON CUNHA PONTES

Vice-Governador

VILMOS DA SILVA GRUNVALD

Secretário Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável



CARLOS LAMARÃO CORRÊA

Presidente

DANIEL NUNES LOPES

Diretor de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

MARCIO MOTA VASCONCELOS

Diretor Jurídico

JOSÉ CEZARIO ARIAS DE SOUZA

Diretor de Administração e Finanças



MAX NEY GONÇALVES DE LIMA

Assessor Chefe

ARTUR DA COSTA TOURINHO NETO

Ouvidor

ALBERTO YATARO GONÇALVES SAWADA

Chefe de Gabinete

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão, ora apresentado como parte integrante da Prestação de Contas encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, objetiva fornecer informações sobre as ações executadas pelo ITERPA no Exercício de 2012.

Cabe ressaltar que o Plano de Trabalho/2012 priorizou ações e atividades articuladas com os objetivos estratégicos de Governo e com a Agenda Mínima integrantes dos programas preconizados no Plano Plurianual do Estado, ou seja, Gestão Ambiental e Territorial, Municípios Verdes, Valorização da Sociobiodiversidade e Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará – PARÁ RURAL.

A estratégia de execução das ações de campo enfatizou, principalmente, a arrecadação e matrícula de terras, a regularização fundiária nos municípios do Programa Municípios Verde, projetos de assentamentos estaduais, áreas quilombolas, vistorias rurais para certificação de documentos e áreas referentes a imóvel com matrícula cancelada, assim como, a varredura fundiária em áreas consideradas prioritárias para sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os resultados alcançados retratam ações de regularização fundiária concluídas com a emissão de título da terra e demais atividades realizadas que constituem fases indispensáveis ao processo de regularização fundiária.

SUMÁRIO

I PARTE

1. A INSTITUIÇÃO	08
2. MISSÃO DO ITERPA	08
3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA (ORGANOGRAMA).....	09
4. GESTÃO ESTRATÉGICA	11
4.1. ITERPA E O PPA 2012-2015.....	11
4.1.1 ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS DEVOLUTAS.....	11
4.1.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS ESTADUAIS.....	11
4.1.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	13
4.1.4 RESGATE DE AFORAMENTOS	14
4.1.5 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS	15
4.2 . SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20
5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	22
5.1. QUADRO DE PESSOAL.....	22
5.2. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	23
5.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO.....	24

II PARTE

RECEITAS E DESPESAS	26
---------------------------	----

SIGLAS

ITERPA – INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PROGRAMA PARÁ RURAL – Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará

CEPAF - Comissão Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária

CPAD – Comissão Permanente de Análise de Documentos

CAF – Coordenadoria de Agrária e Fundiária

CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

CPE – Coordenadoria de Projetos Especiais

CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

COF – Coordenadoria Orçamentária e Financeira

DAF – Diretoria Administrativa e Financeira

DEAF – Diretoria de Gestão Agrária e Fundiária

DJ – Diretoria Jurídica

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

GEBAM Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação

OGE – Orçamento Geral do Estado

PPA – Plano Plurianual

ITERPA

INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



I PARTE

1. A INSTITUIÇÃO

O Instituto de Terras do Estado do Pará - **ITERPA** foi criado em 08 de outubro de 1975, por meio da Lei nº 4.584, como uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com a responsabilidade pela execução da política agrária do Pará. A nova autarquia substituiu a Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado, estrutura vigente à época; além de simbolizar um importante marco institucional na história da gestão pública estadual do território paraense. Sua missão principal era a de 'ser executor da política agrária do Estado em tudo quanto se referir às suas terras públicas e devolutas.

A criação do ITERPA ocorreu dentro de um contexto de forte intervenção federal no Pará, marcada pelos efeitos do Decreto Lei 1.164/71, que instituía a federalização de mais de 70% das terras do patrimônio do Estado, além da presença de órgãos diretamente subordinados à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional que objetivavam principalmente a distribuição das terras públicas da Amazônia, por meio de órgãos cujas atividades eram intocáveis pelo esquema civil: INCRA, GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e GEBAM (Grupo Executivo do Baixo Amazonas).

A missão institucional e demais atribuições do Instituto estão definidas na Lei nº 4.584, de 08.10.1975, os cargos de provimento efetivo e em comissão e respectivas atribuições e requisitos de preenchimento na Lei nº 6.834, de 13.02.2006, assim como a regulamentação geral através do Decreto nº 063, de 14.03.2007.

2. MISSÃO DO ITERPA

Executar a política do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras públicas, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I- Representar o Estado, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, nos estudos, órgãos, atos, processos e convênios que visarem a:

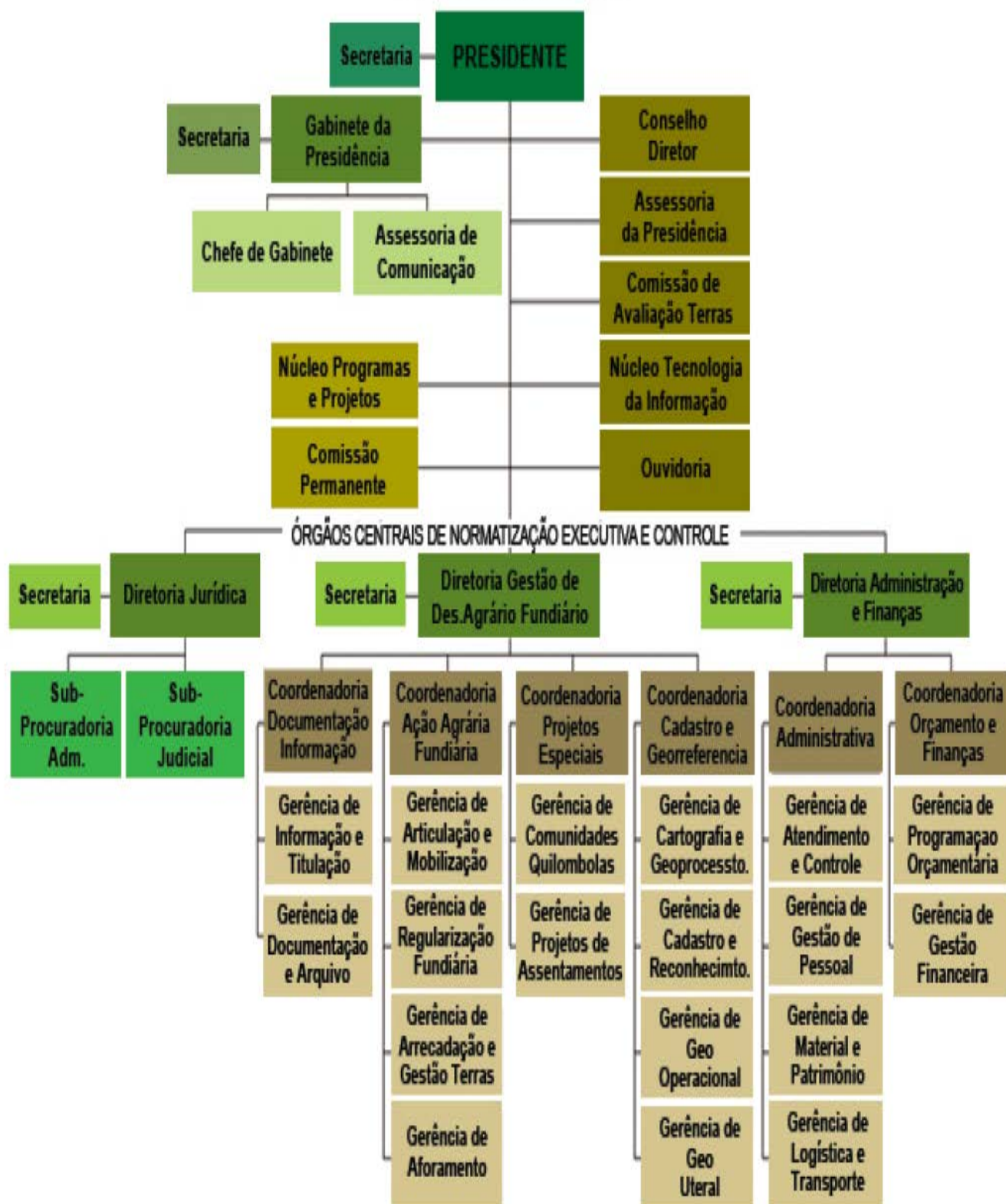
- a) precisar, retificar, aviventar, e demarcar os limites estaduais ou municipais;
- b) definir as áreas dominicais que, dentro do território do Estado, constituam patrimônio dele ou quaisquer outras entidades de direito público;

- c) extremar o domínio público do particular;
- d) regularizar, obter, reduzir, aumentar, ou cancelar a posse ou a propriedade pública ou privada das terras que sejam, tenham sido ou venham a ser consideradas devolutas;
- e) introduzir quaisquer modificações no sistema legal relativo aos problemas fundiários, bem assim na estrutura e funcionamento das entidades e serviços com eles relacionados;
- II- Administrar as terras devolutas do Estado, preservando-as contra invasões, e danificações de qualquer natureza e recuperando aquelas que indevidamente não se encontrarem na sua posse ou domínio;
- III- manter um serviço atualizado de cartografia e mapoteca do território estadual;
- IV- organizar o cadastro rural do Estado, eliminando ou prevenindo os problemas de localização, superposição e excesso de áreas que sejam ou tenham sido devolutas;
- V- fixar quais as áreas que podem ser alienadas, quer em regime de licitação, quer em regime de requerimento, bem assim aquelas que devam ser reservadas para algum fim especial ou excluídas de alienação, quando esta não convier aos interesses do Estado;
- VI- transferir a propriedade do solo como meio de promover o desenvolvimento agrário, conciliando o interesse público e a justiça social com o estímulo devido aos investimentos idôneos;
- VII- respeitar as posses legítimas, oferecendo aos seus ocupantes todas as oportunidades para exercerem o direito que lhes assegura a Constituição do País;
- VIII- combater a especulação agrária e a depredação florestal;
- IX- aferir a medição, localização, documentação e aproveitamento econômico das áreas objeto de alienação, prevenindo litígios e conferindo à titulação clareza, exatidão e segurança.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ITERPA (ORGANOGRAMA)

O Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, aprova o novo Regulamento Geral do **ITERPA**, considerando a necessidade de adequar a estrutura do Órgão aos procedimentos técnicos indispensáveis à implantação, execução e manutenção do Cadastro Fundiário Georreferenciado, nos moldes da Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, e do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, como referência básica do novo Modelo de Gestão Territorial do Estado.

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR



4. GESTÃO ESTRATÉGICA

4.1 ITERPA e o Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA) - 2012-2015

O ITERPA está presente em 04 Programas de Governo constantes no Plano Plurianual do Estado Pará (PPA) para o período de 2012-2015: Gestão Ambiental e Territorial, Municípios Verdes, Pará Rural e Valorização da Sociobiodiversidade, desenvolvendo ações de arrecadação e matrícula de terras; regularização fundiária em projetos de assentamentos estaduais, regularização fundiária em comunidades quilombolas; resgate de aforamento e regularização fundiária em áreas rurais .

4.1.1 ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS DEVOLUTAS.

Arrecadação de 1.587.996 ha de terras devolutas e matrícula em nome do Estado de 100 glebas em 35 municípios

QUADRO I – Arrecadação e matrícula de terras em 2012

Região de Integração	Município	Area(ha)Port
Baixo Amazonas	Almeirim	362.465,1961
Carajás	Marabá	462,0644
Metropolitana	Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará	68.800,8600
Marajó	Portel	274.924,3323
Rio Araguaia	Conceição do Araguaia e Redenção	4558,6109
Rio Caeté	Augusto Correa, Bonito, Capanema, Primavera, Salinópolis, São João de Pirabas e Viseu	61.635,9071
Rio Capim	Bujaru, Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis	283.030,5324
Rio Guamá	Castanhal, Igarapé Açu, Inhangapi, Maracanã, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Domingos do Capim e São Francisco do Pará	235.049,4437
Rio Tocantins	Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá, Igarapé Mirim, Moju e Tailândia	297.069,7990
TOTAL		1.587.996,7459

CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

4.1.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS ESTADUAIS.

- Criação dos Projetos de Assentamentos Estaduais Sustentáveis “Alto Bonito II” e “Nova Esperança” no Município de Dom Eliseu, beneficiando 85 famílias de pequenos produtores rurais;
- Regularização fundiária do Projeto de Assentamento Estadual Sustentável “Campo Dourado”, no Município de Rondon do Pará com a Emissão de 82 títulos de terra, beneficiando as famílias assentadas;
- Execução das ações de vistoria rural, cadastro e georreferenciamento em 15 projetos de assentamento estadual, envolvendo 2.950 famílias numa área de 165.580 ha nos municípios de Acará, Baião, Castanhal, Juruti, Rondon do Pará e Santarém;

QUADRO II – Regularização fundiária em áreas de assentamentos

Atividade	Quantidade		Denominação	Município	Região
	Famílias	Área			
Identificação de área	96	2531,7447	Comunidades Jalisco, Valparaíso e Estrela	Tomé Açu	Rio Capim
	35	8.072,2794	PEAEX Repartimento	Santarém	Baixo Amazonas
Vistoria e identificação	111	417,3962	Castelo dos Sonhos	Rondon do Pará	Rio Capim
	112	255,2433	Voz do Senhor		
Georreferenciamento	17	3.725,2579	PEAS Campo Dourado	Rondon do Pará	Rio Capim
	520	19.609,6249	PEAS Urucurê	Acará	Rio Tocantins
Levantamento de parte das áreas a serem abandonadas	1762	123.331,1133	PEAEX Curumucuri	Juruti	Baixo Amazonas
Publicação do recebimento da Licença Prévia pela SEMA	98	449,5933	PEAS Nova Esperança	Castanhal	Rio Guamá
	45	1632,1938	PEAS Alto Bonito	Dom Eliseu	Rio Capim
Visita técnica	-	-	PEAS Nova Esperança	Castanhal	Rio Guamá
	116	4.821,59	PEAS Branquelândia	Baião	Rio Tocantins
Portaria de Criação de Projetos Estaduais de Assentamento	-	-	PEAS Alto Bonito II	Dom Eliseu	Rio Capim
	40	734,4655	PEAS Nova Esperança		

Titulação de Concessões Individuais – PEAS	55		PEAS Campo Dourado	Rondon do Pará	Rio Capim
--	----	--	--------------------	----------------	-----------

DEAF/CPE- Coordenadoria de Projetos Especiais

4.1.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

- Regularização fundiária da área da Comunidade Remanescente de Quilombo “Mocambo”, no Município de Ourém, com emissão de Título Definitivo, beneficiando 102 famílias
- Registro e entrega dos títulos definitivos das áreas das comunidades “2º Distrito de Mocajuba” (Cametá) e “Mãe Domingas” (Oriximiná), beneficiando 582 famílias;
- Execução das ações de regularização fundiária em 13 áreas de comunidades remanescentes de quilombos, beneficiando 973 famílias;

QUADRO III – Regularização fundiária em áreas de comunidades quilombolas

Atividade	Famílias beneficiadas	Comunidade	Município	Região
Vistoria, relatório sócio-econômico, edital	86	Cachoeira Porteira	Oriximiná	Baixo Amazonas
		Cupijó	Cametá	Rio Tocantins
	75	Canta Galo	São Miguel do Guamá	
Georreferenciamento da área	67	Bom Prazer	Moju	Rio Tocantins
	51	Sítio Bosque		
	102	Alto Acará	Acará	Rio Tocantins
	43	Tatituquara	Bagre	
	86	Mupi	Cametá	Rio Tocantins
Elaboração da RAS	-	Mupi	Cametá	Rio Tocantins
Levantamento Cartorial	37	Muruteuzinho	Santa Luzia do Pará	
		Terra Liberdade	Cametá	Rio Tocantins
Avaliação área para efeito de indenização	18	Menino Jesus	Acará	Rio Tocantins
Coleta de coordenadas geográficas; Levantamento socioeconômico; Elaboração de Relatório Ambiental Simplificado.	89	Ariramba	Óbidos	Baixo Amazonas
Reunião com representantes da federação das comunidades quilombolas do Pará	-	Ramal do Bacuri e Espírito Santo	Abaetetuba e Acará	Rio Tocantins
Reunião com representantes da biovale.	-	Alto Acará	Acará	Rio Tocantins
Preparação para a conferência Estadual Quilombola	-	19 comunidades	Abaetetuba	Rio Tocantins
	-	37 comunidades	Baião	

Registro do Título Definitivo e entrega do TD	-	2º Distrito de Mocajuba	Mocajuba e Cametá	Rio Tocantins
		Mãe Domingas	Oriximiná	Baixo Amazonas
Emissão de TD de Quilombos	102	Mocambo	Ourém	Rio Capim

DEAF/CPE- Coordenadoria de Projetos Especiais

4.1.4 RESGATE DE AFORAMENTOS ESTADUAIS.

- Execução de vistoria e fiscalização de georreferenciamento visando o resgate de 23 glebas de imóveis aforados, envolvendo uma área de 42.047 ha nos municípios Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá e São Domingos do Araguaia, sendo que 06 glebas com área de 16.827 ha no município de Marabá em fase final de resgate no valor de R\$ 3.861.336,00;
- Homologação de acordo judicial para resgate de aforamento das glebas “Maria Bonita” e “Caroço do Olho” localizadas em Eldorado dos Carajás com 6.736 ha no valor de R\$ 1.614.289,25;

QUADRO IV – Resgate de aforamentos estaduais

Aforamento	Área	Município	Região
Fazenda Formosa	524,3520	Marabá	Carajás
Fazenda Leal	904,7506		
Fazenda Novo Horizonte	2.998,3488		
Morada Nova	527,0142		
Junco ou Jandaia	3.598,6024		
Fazenda Itacaiunas	3.612,5348		
Fazenda Alto Bonito	3.597,9786		
Fazenda Refúgio dos Pescadores	2.640,3764		
Fazenda Sereno	3.599,2129		
Fazenda Boa União	2.998,2658		
Da Grotta ou Encontro	2.442,0966		
Fazenda Tartaruga	591,2108		
Fazendas Primavera e Alvorada	1.105,2380		

Fazenda Baguá	5.455,2327		
Borracheira	1.404,5204	Eldorado dos Carajás	
Serra Norte	2.386,5468		
Fazenda São Sebastião II	256,4194		
Fazenda Perseverança	248,8102		
Fazenda Castanheira	243,8877	São Domingos do Araguaia	
Fazenda Nova	709,4696		
Nossa Senhora da Guia	866,5969		
Fazenda Santa Maria	394,0145		
Fazenda Lago Vermelho II	941,5328	Itupiranga	Lago Tucuruí
TOTAL	42.047,0129		

4.1.5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS RURAIS

-
- Emissão de 443 títulos definitivos de propriedade para pequenos e médios produtores rurais, sendo 142 em Paragominas, 184 em Bujaru e 117 nos municípios de Acará, Almeirim, Augusto Correa, Castanhal, Dom Eliseu, Igarapé Açu, Marabá, Moju, Parauapebas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, São Félix do Xingu, Santarém, São João da Ponta, São João de Pirabas e Ulianópolis; Em Belém foram concluídos os trabalhos técnicos para emissão de 426 Títulos Urbanos;
- Execução de cadastro e georreferenciamento em 29 municípios que ensejará a titulação definitiva de 1.000 famílias de pequenos e médios produtores rurais, abrangendo área total de 252.084 ha;

QUADRO V: Títulos expedidos pelo ITERPA.

Programa	Região de Integração	Município	Quantidade
Gestão Ambiental e Territorial	Baixo Amazonas	Santarém	01
	Rio Caetés	Augusto Corrêa	01
	Rio Capim	Bujaru	184
	Rio Guamá	Castanhal	02
		São João da Ponta	10
	Rio Tocantins	Acará	10
		Barcarena	01
Municípios Verdes	Baixo Amazonas	Almeirim	04
	Carajás	Marabá	02
	Carajás	Parauapebas	03
	Rio Araguaia	Redenção	01
		São Félix do Xingu	27
		Santa Maria das Barreiras	02
	Rio Caetés	São João de Pirabas	02
	Rio Capim	Dom Eliseu	04
		Paragominas	142
		Rondon do Pará	34
		Ulianópolis	02
Rio Guamá	Igarapé Açu	03	

Programa	Região de Integração	Município	Quantidade
	Rio Guamá	Santa Maria do Pará	02
	Rio Tocantins	Moju	06
TOTAL			443

DEAF/CAF- Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

QUADRO VI – Ações das equipes de campo

Região de Integração	Equipe Permanente	Equipe Volante	Ações Executadas
Rio Capim	Paragominas, Dom Elseu e Bujaru		Vistoria, georreferenciamento e Fiscalização de georreferenciamento e edital de alienação onerosa
Rio Tocantins	Acará e Tailândia		
Rio Caeté	Rondon do Pará		
Rio Araguaia	São Félix do Xingu		
Carajás		Eldorado dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Piçarra e São Domingos do Araguaia	Vistoria, Fiscalização de georreferenciamento e edital de alienação onerosa
Metropolitana		Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará	Vistoria, georreferenciamento e Fiscalização de georreferenciamento
Rio Guamá		Castanhal, Inhangapi, Maracanã, Nova Timboteua, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Francisco do Pará e Vigia	
Lago do Tucuruí		Goianésia do Pará e Itupiranga	
Baixo Amazonas		Almeirim	
Marajó		Cachoeira do Arari e	Vistoria, mobilização e edital de

		Portel	legitimação de posse
--	--	--------	----------------------

DEAF/CAF - Coordenadoria de Ação Fundiária

- Emissão de 327 de certidões de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas, legitimando títulos expedidos de áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores rurais;

QUADRO VII – Certidões de Autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas

Programa/ Ação	Quantidade	Região	Município
EMISSÃO CERTIDÕES	110	Araguaia	S. F. Xingu
			C. Araguaia
	19	Baixo Amazonas	Almeirim/
			Juruti
			Oriximiná
			Obidos
			Alenquer
			Prainha
			Santarem
	22	Carajás	Marabá
	07	Marajó	Anajas
			Afuá
			Portel
			S. Sebastião da Boa Vista
			Breves
	14	Metropolitana	Muaná
			Ananindeua
			Belém
			Benevides

	07	Rio Caeté	Peixe Boi
			São Joao de Pirabas
			Santarém Novo
			N. Timboteua
			Viseu
	13	Rio Capim	Irituia
			Paragominas
			Tomé Açú
	73	Rio Guamá	Curuçá
			Igarapé Açú
			Ourém
			S. Capim
			S. C. Odivelas
			Vigia
			Marapanim
			Maracanã
			São Joao da Ponta
			Castanhal
			Sto Antonio do Tauá
			Sta Maria do Pará
São Francisco do Para			
56	Rio Tocantins	Cametá	
		Acará	
		Barcarena	
		Igarapé Miri	
		Moju	
		Tailândia	
		Oeiras do Para	
Baião			

	1	Rio Xingu	Altamira
	5	Tapajós	Novo Progresso
			Jacareacanga

DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

- Celebração de Termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras dos municípios de Irituia, Mãe do Rio, Capanema, São Miguel do Guamá, Moju, Tailândia, Portel, São João de Pirabas e Salinópolis para implementação de ações de regularização fundiária
- Celebração de Termo de Cooperação Técnica com Prefeitura de Terra Santa/Oriximiná para definição dos percentuais de participação dos recursos decorrentes das atividade minerária incidentes no chamado “Platô Bela Cruz”.

4.2 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI responsável pela gerência e manutenção da rede e dos equipamentos do parque computacional da instituição no exercício de 2012 procurou destacar como principal foco a melhoria da base que sustenta a infraestrutura computacional do Iterpa, visualizando o futuro no que tange à expansão e otimização dos serviços de TI existentes. Mesmo diante das dificuldades ocasionadas pela deficiência de infraestrutura lógica, o NTI procurou se atentar em melhoria da infraestrutura física, dos equipamentos de rede e atendimento ao usuário como:

- Substituição de pontos lógicos inoperantes ou instalados fora do padrão ABNT;
- Realização de manutenção básica de microcomputadores e atendimento ao usuário;
- Serviços de assistência técnica nos equipamentos com reposição de peças a fim de evitar a paralização total das máquinas;
- Substituição de cabos CAT5 e switches com o objetivo de melhorar o trafego de dados.

Devido a complexidade que envolve as atribuições do ITERPA, vários sistemas de informação são necessários para o apoio das atividades do órgão, sejam elas de atividades finalísticas ou administrativas. Desta forma, é uma preocupação constante para o NTI o desenvolvimento de novos sistemas e o aperfeiçoamento dos já existentes.

Em 2011 iniciou-se a migração dos sistemas antigos para uma plataforma de desenvolvimento livre, moderna e voltada para a WEB, sem custo de aquisição de licenças. O mapeamento dos processos internos, permitiu o desenvolvimento de sistemas em conformidade com a necessidade e demanda administrativas e estes passaram a ser executados de forma mais organizada que permite o monitoramento da execução de atividades.

No exercício de 2012 foram concluídas várias ações iniciadas em 2011 conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES EXECUTADAS - 2012

1.	Migração dos sistemas antigos (SISPJ) para uma plataforma de desenvolvimento livre, moderna e voltada para a WEB, sem custo de aquisição de licenças.
2.	Mapeamento de processos e desenvolvimento de novas soluções para atender as demandas administrativas e fundiárias do ITERPA.
3.	Remodelagem do website e integração com os sistemas administrativos do órgão - Consultas on-line da situação de processos.
4.	Desenvolvimento e implantação do Sistema de Controle de abertura de chamados do suporte técnico do NTI – HELPDESK.
5.	Desenvolvimento de sistema de controle de senhas de atendimento ao público externo.
6.	Desenvolvimento de sistema de controle de entradas de visitantes.
7.	Desenvolvimento do módulo de emissão de boletos integrado ao sistema de processos.
8.	Desenvolvimento de módulo de emissão de títulos urbanos.
9.	Migração do SPCARF para a plataforma WEB, com liberação da emissão das portarias e títulos.
10.	Desenvolvimento de módulo de acompanhamento de processos de regularização. (Em andamento)
11.	Desenvolvimento do módulo de Cadastro de Campo. (Em andamento)
12.	Implantação do INTRANET na Diretoria Jurídica.
13.	Manutenção nos módulos do novo sistema (sistema INTRANET) .
14.	Treinamento aos usuários, a medida que os módulos são liberados para o uso.
15.	Reestruturação da rede lógica cabeada. (Projeto)

16.	Desenvolvimento do módulo de gerenciamento de conteúdo do site.
17.	Estudo da infraestrutura do projeto SIGLO para atender a migração da tecnologia para o ITERPA, em parceria com a PRODEPA
18.	Ajustes, alterações e melhorias na emissão de Portarias, Títulos e Certidões.
19.	Informatização de tarefas manuais no processo de regularização.
20.	Estudo para o desenvolvimento de soluções para acompanhamento de projetos de regularização.

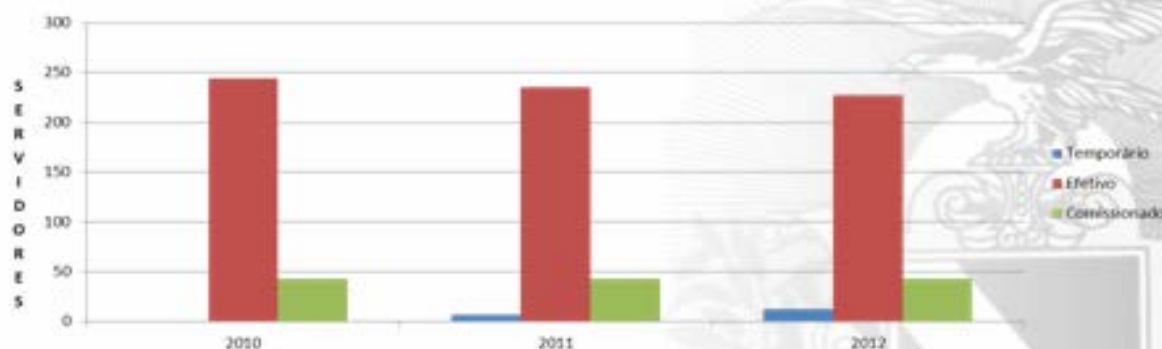
5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. QUADRO DE PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO

A atual estrutura organizacional do ITERPA, como ente responsável da política agrária do Estado, em tudo quanto se referir às suas terras devolutas, contempla um quadro de pessoal com 192 cargos de provimento efetivo, dos quais apenas 72 está sendo realmente ocupados, em razão de pedidos de demissão ou de não atendimento à convocação após a realização de concurso público. Além desses cargos, o órgão conta ainda com 157 servidores que ocupam cargos em extinção, compreendendo 95 estáveis e 62 não estáveis. Resumindo, o órgão possui uma força de trabalho constituída de 229 servidores. Desse total, apenas 83 atuam na atividade-fim (65 técnicos e 18 Procuradores), enquanto que os demais (146) desenvolvem atividades-meio.

É evidente que essa estrutura não atende às demandas do órgão, mesmo considerando o apoio de mais 18 temporários e 19 terceirizados, (segurança, limpeza e informática), razão pela qual foi encaminhado à SEAD, em 03.04.2012, um anteprojeto de reestruturação organizacional visando ajustar a capacidade operacional da instituição.

Pessoal – evolução comparativa 2010/2011/2012



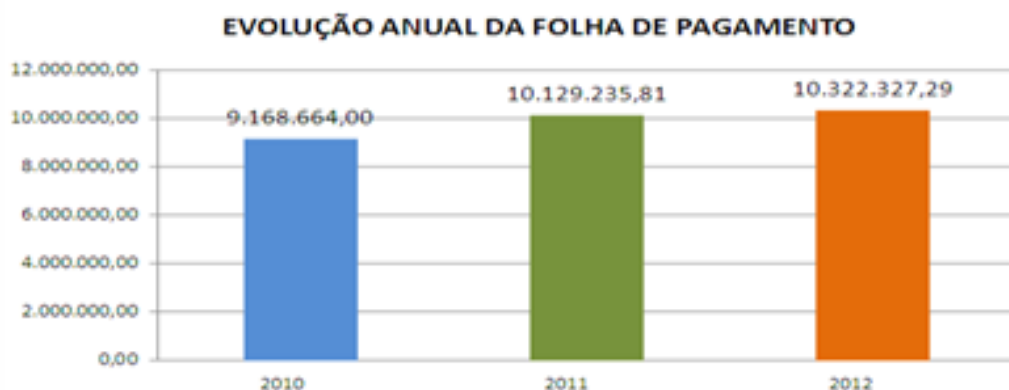
QUANTITATIVO ANUAL DE INGRESSO				
ANO	Temporário	Efetivo	Comissionado	Total
2010	0	244	43	287
2011	7	235	43	285
2012	19	227	43	289

ITERPA

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Pessoal – Folha de Pagamento - evolução comparativa 2010/2011/2012



CUSTO ANUAL FOLHA DE PAGAMENTO	
ANO	R\$ Milhões
2010	9.168.664,00
2011	10.129.235,81
2012	10.322.327,29

ITERPA

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



5.2. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Durante o ano 2012 houve participação de servidores do ITERPA em cursos oferecidos pela Escola de Governo do Estado do Pará e pelo Banco Mundial, além de ter feito inscrição em curso oferecido pela TREIDE Apoio Empresarial conforme detalhado no quadro abaixo:

Curso	Nº de servidores	Local/período
Formação de pregoeiro	3	EGPA – 5 a 9/03/2012
Licitação e contratos na Administração Pública	2	EGPA – 12 a 16/03/2012
Gerência e fiscalização de contrato na Administração Pública	1	EGPA – 26 a 30/03/2012
Técnicas de elaboração de relatório	1	EGPA – 26 a 30/03/2012
SIMAS	1	EGPA – 17 a 21/09/2012
Gerência de material, almoxarifado e patrimônio	3	EGPA – 17 a 21/09/2012
Aspectos fiduciários na implementação de projetos financiados pelo Banco Mundial	1	Banco Mundial – Fortaleza
Pregão presencial e eletrônico – Formação de pregoeiro	2	TREIDE Apoio Empresa

DAF/GGP-Gerencia de Gestão de Pessoal

Houve participação de 02 servidores do ITERPA no XVII Encontro Nacional de Geógrafos – Belo Horizonte-MG:

- **DANNY SILVÉRIO** – Ministrou a Oficina “Algoritmos de Cubação da Terra em Prática de Campo: procedimentos básicos através de caminhamento à bússola e modelo de vara utilizada pelos Agricultores na Ilha de Cotijuba-Belém-PA”
- **ALÍRIO DE CARVALHO** – apresentou o trabalho “Avaliação do uso do solo urbano em áreas inundáveis com auxílio de ferramentas de geoprocessamento: estudo de caso do canal da TV. 14 de março-Belém-PA”

5.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado para estudantes de nível médio tem a duração de 01 ano. Durante o ano de 2012, foram ofertadas e preenchidas 30 vagas para estudantes da Rede Estadual de ensino do Estado do Pará.

(FUNDO COM LOGO DO ITERPA)

II PARTE

RECEITAS E DESPESAS

1. CUSTEIO – RECEITA - INVESTIMENTO

Durante o exercício de 2012, o ITERPA desenvolveu ações com recursos financeiros do Tesouro e Próprios do ITERPA oriundos de valores financeiros correspondentes a pagamentos dos interessados em receber títulos através de regularização onerosa e de convênio celebrado com a Fundação Ford para ações de regularização fundiária de áreas remanescentes de comunidades quilombolas:

Programa	Ação	Tesouro*	Próprios**
Gestão Ambiental e Territorial	Arrecadação e Matrículas de Terras Devolutas	R\$ 19.893,30	R\$ 67.684,82
	Regularização dos Aforamentos Estaduais	R\$ -	R\$ -
	Regularização de áreas Rurais	R\$ 232.979,56	R\$ 563.057,85
	Regularização em Projetos de Assentamentos Estaduais	R\$ 8.302,50	R\$ 68.252,50
	Regularização de Áreas Patrimoniais dos Municípios	R\$ -	R\$ -
Municípios Verdes	Ações de Regularização Fundiária	R\$ 70.398,00	R\$ 269.482,20
Valorização da Sóciobiodiversidade	Regularização Fundiária em Áreas Quilombolas***	R\$ -	R\$ 160.020,29
TOTAL		R\$ 331.573,36	R\$ 1.128.632,36

DAF/ GPO- Gerencia de Programação Orçamentaria

*Dentre os recursos destinados às ações finalísticas o ESTADO custeou diárias, suprimentos de fundos, combustível e deslocamento aéreo para alguns municípios.

**Dentre os recursos destinados às ações finalísticas o ITERPA custeou diárias, suprimentos de fundos, manutenção de veículos e deslocamento aéreo para alguns municípios.

***Recursos financeiros para regularização fundiária em áreas quilombolas foram oriundos da Fundação FORD.

Recursos do Tesouro Estadual

1. O orçamento aprovado para o exercício de 2012 foi de R\$ 23.632.171,00 sendo repassado R\$ 13.743.908,00 o equivalente a 58,15% do total aprovado, conforme distribuição abaixo;

- R\$ 10.685.661,00 para atender despesas com pessoal;
- R\$ 1.068.182,00 para o custeio da folha (auxílio alimentação, transporte, funeral, natalidade e outros benefícios);
- R\$ 331.573,36 para atender ações finalísticas na área de regularização fundiária;

- 1.658.492,00 para atender despesas de custeio (manutenção do órgão), Ex: contratos diversos, aquisições de materiais e serviços.

2. RECURSOS DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

A receita prevista e aprovada no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2012 foi de R\$ 7.575.673,00, deste total foi arrecadado no exercício o montante de R\$ 4.387.301,80 o equivalente a 57,91% da receita prevista e aplicado da seguinte forma:

A. Ações finalísticas;

- Custeio (diárias , suprimento de fundos, contratos de manutenção de veículos) – R\$ 1.128.632,36
- Investimento (Aquisição de 15 veículos utilitários para trabalho de campo) – R\$ 1.589.000,00.

B. Ações Administrativas;

- Custeio (contratos de serviços) – R\$ 629.969,44
- Investimento (Reforma dos telhados e piso do subsolo) – R\$ 135.700,00.

Superávit do exercício/ 2012 :

- Conta Aplicação – R\$ 904.000,00

1. RECEITA A REALIZAR

Receita a ser arrecadada não prevista no OGE 2012 com expectativa de realização em 2013 no montante de R\$ 6.600.000,00 ;

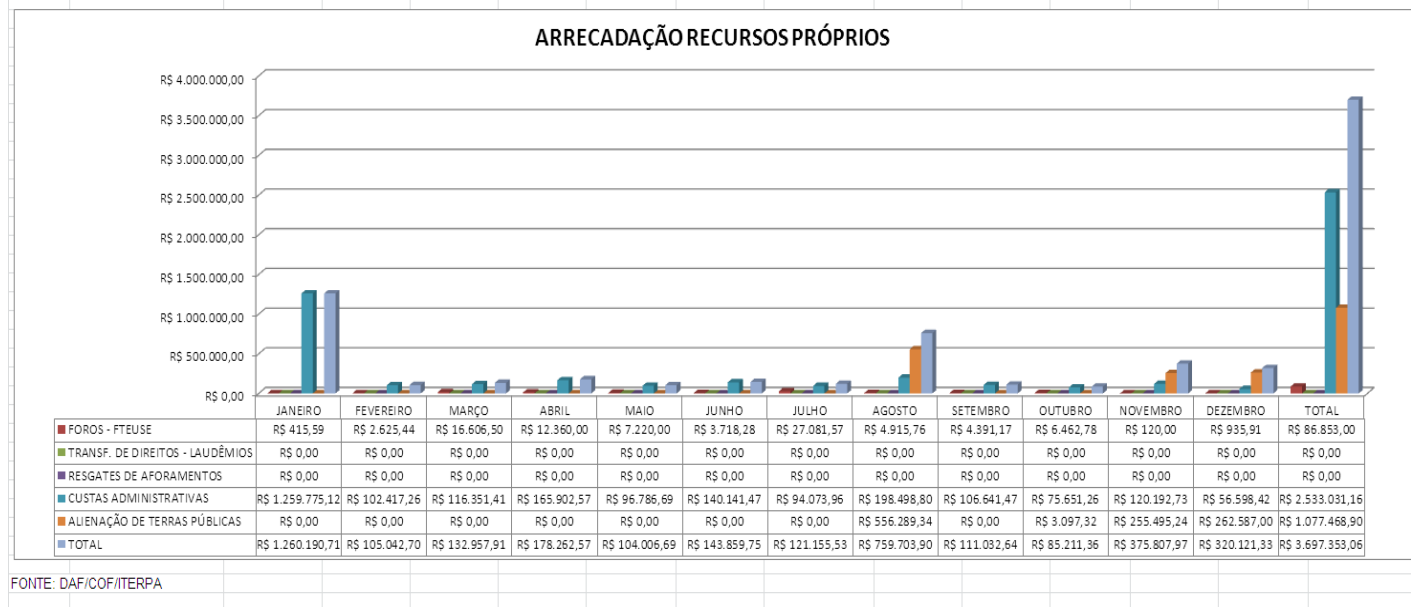
- R\$ 1.600.000,00 por meio de acordo judicial em fase de conclusão;
- R\$ 5.000.000,00 resgates de aforamento com guia de pagamento emitida.
-

-
-

DEMONSTRATIVO DE ARRECADAÇÃO 2012 - RECURSOS PRÓPRIOS

ITENS	TAXAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1	FOROS - FTEUSE	R\$ 415,59	R\$ 2.625,44	R\$ 16.606,50	R\$ 12.360,00	R\$ 7.220,00	R\$ 3.718,28	R\$ 27.081,57	R\$ 4.915,76	R\$ 4.391,17	R\$ 6.462,78	R\$ 120,00	R\$ 935,91	R\$ 86.853,00
2	TRANSF. DE DIREITOS - LAUDÉMIOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	RESGATES DE AFORAMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	CUSTAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 1.259.775,12	R\$ 102.417,26	R\$ 116.351,41	R\$ 165.902,57	R\$ 96.786,69	R\$ 140.141,47	R\$ 94.073,96	R\$ 198.498,80	R\$ 106.641,47	R\$ 75.651,26	R\$ 120.192,73	R\$ 56.598,42	R\$ 2.533.031,16
5	ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 556.289,34	R\$ 0,00	R\$ 3.097,32	R\$ 255.495,24	R\$ 262.587,00	R\$ 1.077.468,90
	TOTAL	R\$ 1.260.190,71	R\$ 105.042,70	R\$ 132.957,91	R\$ 178.262,57	R\$ 104.006,69	R\$ 143.859,75	R\$ 121.155,53	R\$ 759.703,90	R\$ 111.032,64	R\$ 85.211,36	R\$ 375.807,97	R\$ 320.121,33	R\$ 3.697.353,06

FONTE: DAF/COF/ITERPA



BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS	17.848.728,03	DESPESAS	17.848.728,03
RECEITAS CORRENTES	2.853.643,24	DESPESAS CORRENTES	23.107.347,21
RECEITA PATRIMONIAL	426.319,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.530.158,45
DIVIDENDOS	2.624,10	APLICAÇÕES DIRETAS	10.530.158,45
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	423.695,62	CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO	207.831,16
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.266.137,65	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	10.230.783,99
SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISA	40.000,00	OUTRAS DESPESAS VOARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	77.076,18
OUTRAS SERVIÇOS	2.226.137,65	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.467,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.185,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.577.188,76
RECEITAS DIVERSAS	161.185,87	APLICAÇÕES DIRETAS	12.577.188,76
RECEITAS DE CAPITAL	1.077.468,90	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.977,26
ALIENAÇÃO DE BENS	1.077.468,90	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	7.145,36
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS	1.077.468,90	DIARIAS PESSOAL CIVIL	943.575,50
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	13.917.615,89	MATERIAL DE CONSUMO	549.229,78
REPASSE RECEBIDO	4.771.933,62	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	142.125,22
REPASSE DIFERIDO	9.145.682,27	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	494.425,06
		LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA-PESSOA JURÍDICA	707.404,06
		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.370.825,91
		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	773.721,55
		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	224.377,21
		AUXÍLIO TRANSPORTE	130.315,94
		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.675,68
		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.200.390,23
		DESPESAS DE CAPITAL	1.754.290,51
		INVESTIMENTOS	1.754.290,51
		APLICAÇÕES DIRETAS	1.754.290,51
		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	135.712,55
		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.618.577,96
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.115,93
		REPASSE CONCEDIDO	4.115,93
		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO	-7.017.025,62

FONTE: DAF/COF/ITERPA

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES - 2012

RESULTADO ORÇAMENTARIO		RESULTADO ECONOMICO	
RESULTADO ORÇAMENTARIO	-20.942.306,19	RESULTADO ECONOMICO	-5.416.393,64
RECEITAS ARRECADADAS	3.931.112,14	RECEITA TOTAL	21.151.625,66
DESPESAS REALIZADAS	-24.861.637,72	RECEITA ARRECADADA	3.931.112,14
DESPESAS REALIZADAS A LIQUIDAR	-11.780,61	VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA-POSITIVA	17.220.513,52
		DESPESA TOTAL	-26.568.019,30
		DESPESA EXECUTADA	-24.861.637,72
		VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA-NEGATIVA	-1.706.381,58
TOTAIS	-41884612,38	TOTAIS	-16249180,92
FONTE: DAF/COF/ITERPA			

EXECUÇÃO DAS DESPESAS – 2012



Diretoria de Administração e Finanças - DAF
 Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF
 Gerência de Programação e Controle Orçamentário - GPO
 RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS - ITERPA 2012

Programa	Fonte	Rec.Tesouro			Para Rural						Convênios						Rec. Prop.						TOTAL		
		0101			0301			1101			0600			0200			0201			0601			Previsão	Executado	
		Previsão	Executado	%	Previsão	Executado	%	Previsão	Executado	%	Previsão	Executado	%	Previsão	Executado	%	Previsão	Executado	%	Previsão	Executado	%	Previsão	Executado	
1297	Apoio Administrativo	12.380.358,00	12.389.235,85	100,14%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	4.104.166,00	2.006.348,48	48,90%	0,00	0,00	0,00%	16.484.524,00	14.495.184,13	87,39%
1201	Desenvolvimento e Valorização de Pessoas	1.022.082,00	889.861,47	87,06%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	1.022.082,00	889.861,47	87,06%
1350	Para-Rural	0,00	0,00	0,00%	30.828,00	30.828,00	100,00%	53.343,04	53.343,04	100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	84.171,04	84.171,04	100,00%
1346	Conservação de Inoveis Públicos	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	500.000,00	136.712,55	27,14%	0,00	0,00	0,00%	500.000,00	136.712,55	27,14%
1353	Gestão Ambiental e Territorial	3.959.256,00	273.819,27	6,92%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	7.200.390,23	7.200.390,23	100,00%	850.949,00	0,00	0,00%	2.971.507,00	1.146.247,30	38,57%	130.707,02	130.707,02	100,00%	14.260.860,25	8.751.153,82	61,36%
1377	Comunicação de Dados	54.063,00	98.865,62	182,87%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	54.063,00	98.865,62	182,87%
1381	Ações de Regularização Fundiária-Munc.Verdes	2.763.839,00	70.398,00	2,55%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	99.022,50	0,00%	168.109,70	168.109,70	100,00%	2.931.947,70	337.530,20	11,51%
1382	Regularização Fundiária em Comunidades Quilombolas	3.325.000,00	576,00	0,02%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	156.940,39	156.940,39	100,00%	202,50	202,50	100,00%	0,00	0,00	0,00%	1.440,00	1.440,00	100,00%	3.483.582,89	159.158,89	4,57%
Total - Fonte de Recurso		23.503.597,00	13.731.746,01	58,42%	30.828,00	30.828,00	100,00%	53.343,04	53.343,04	100,00%	7.357.330,62	7.357.330,62	100,00%	851.151,50	202,50	0,02%	7.576.672,00	3.387.930,83	44,72%	300.256,72	300.256,72	100,00%	38.021.028,38	24.861.637,72	64,04%
Fonte: GPO em																									